

# Diário da Assembléia

N.ºs. 2.528/2.529

CURITIBA, 3 e 5 DE OUTUBRO DE 1970

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### LISTA DE PRESENÇA

FRANÇOISCO ESCORSIN  
ARTHUR DE SOUZA  
DAVID FEDERMANN  
GABRIEL MANOEL  
HAROLDO BIANCHI  
OLÍVIO BELICH  
LEOPOLDO JACOMEL  
ABRAHÃO MIGUEL  
AGNALDO PEREIRA LIMA  
ALENCAR FURTADO  
AMADEU PUPPI  
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR  
ARMANDO QUEIROZ  
ARNALDO BUSATO  
EMÍLIO CARAZZAI  
ERONDY SILVERIO  
EURICO ROSAS  
FABIANO BRAGA CORTES  
FUAD NACLI  
IGO LOSSO  
IVO TOMAZONI  
JOÃO MANSUR  
JORGE SATO  
LUIZ CRUZ  
LUIZ MALUCELLI  
NELSON BUFFARA  
OLAVO FERREIRA  
OLIVIR GABARDO  
OVIDIO FRANZONI  
PAULO CAMARGO  
PAULO POLI  
PINTO DIAS  
ROBERTO GALVANI  
ROBERTO WYPYCH  
SEME SCAFF  
SILVIO BARROS  
TELIO VARGAS  
WILSON FORTES

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abraão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Maluelli — Telio Vargas

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvio Barros

Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Semé Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lúlio Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)

ARENA: Abraão Miguel — Semé Scaff — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Silvio Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abraão Miguel (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Maluelli — Roberto Wypych

#### Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Semé Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Jorge Sato — Telio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Semé Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lúis Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abraão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior — Abraão Miguel — Semé Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Sátyro

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Semé Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Maluelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonesse

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Maluelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Semé Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias — Roberto Galvani — Roberto Wypych

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

# **4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura** **Ata da 151.ª Sessão Especial destinada à Eleição dos** **Srs. Governador e Vice-Governador do Estado** **Realizada em 3 de Outubro de 1970**

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Haroldo Bianchi.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Junior, Armando Queiroz, Ernesto Moro, Armando Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fúad Nacif, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvia Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (33).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a Sessão Especial, destinada à eleição dos Srs. Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência científica o Plenário de que, vencido o prazo de licença que lhe fora concedido, retornou ao exercício de seu mandato nesta Casa, o sr. deputado João de Mattos Leão. Obediente aos imperativos constantes dos Artigos 189, da Constituição Federal e 144 da Constituição do Estado, a Assembleia Legislativa do Estado elegerá, nesta sessão Governador e Vice-Governador do Estado, para o próximo quadriênio.

Foram registradas perante a Mesa, com inteiro atendimento de todas as exigências contidas no Artigo 5.º, da Lei Federal nº 5.581 de 26 de maio de 1970, as candidaturas dos srs. Haroldo Leon Peres e Pedro Viriato Parigot de Souza à Governança e Vice-Governança.

De acordo com entendimentos que a Mesa manteve com as lideranças, será facultado o encaminhamento da votação a UM ORADOR DA BANCADA, pelo prazo de 10 minutos, podendo fazê-lo o líder ou, por delegação sua, um dos liderados.

Assim sendo, concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, líder da bancada do Governo para encaminhar a votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem — Sr. Presidente, lido de V. Exa. se o representante do MDB desistiu de usar da palavra, conforme foi anteriormente fixado.

O SR. PRESIDENTE — A liderança do MDB não desistiu de usar da palavra no encaminhamento da votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nestas condições, sr. Presidente, mais uma vez, lamento que a Mesa tenha faltado com o compromisso anteriormente estabelecido. V. Exa. mesmo anunciou que o líder do Governo falaria em segundo plano, cabendo ao representante do MDB usar da palavra em primeiro lugar.

Sr. Presidente, srs. Deputados, necessitamos usar da palavra, no encaminhamento da votação e, no instante em que esta Assembleia Legislativa reúne-se pela primeira vez — e possivelmente pela última — para eleger um Governador de Estado, achamos que necessitávamos de ocupar a tribuna, apenas para fixar a nossa posição, que deve ser uma posição de coerência, a coerência que deve nortear os homens públicos em todos os seus atos.

Aqueles que acompanharam as demarções que se processavam quando havia uma restia de esperança de que as lideranças políticas deste Estado fossem ouvidas pelo Sr. Presidente da República no que dizia respeito à indicação do futuro Governador do Estado, naquela oportunidade, 29 srs. Deputados, da Aliança Renovadora Nacional, dos 33 que compõem aquela agremiação partidária, fiéis então à liderança incontestada deste grande Governador que é o sr. Paulo Pimentel, resolveram delegar a Sua Excelência, através de documento escrito, a faculdade de, se por ventura ele pudesse influir na indicação do candidato a Governador do Estado pela ARENA, fosse ele quem tivesse poderes para a indicação. Os fatos já são do conhecimento de todo o Paraná. O sr. Presidente da República, usando do seu legítimo direito, indicou, sem ouvir as lideranças, o nome honrado do nobre deputado federal Haroldo Leon Peres para governança do Estado e, posteriormente, o nome não menos honrado do Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, para a Vice-Governança.

Quando reunidos no Palácio do Planalto um dos líderes políticos deste Estado, Senador Ney Braga, e um outro líder, Governador Paulo Pimentel, ocasião em que lhes fora comunicada a decisão Presidencial, o Governador confiou aquele documento ao sr. Presidente da República, dizendo que a indicação, recebida dos parlamentares da ARENA, a Sua Excelência o sr. Presidente da República.

De lá para cá, todos os fatos políticos que aconteceram também já são do conhecimento desta Casa e do Paraná. Nós, que sempre propugnamos pelo voto direto, achamos que o povo deveria ser sempre consultado quando dessemos ser escolhidos os seus dirigentes, nós também, naquela oportunidade achamos que a Revolução estava certa, a Revolução precisava prever-se a fim de consolidar o movimento vitorioso de Março de 1964, para que, mais tarde, se desolvesse ao povo o direito de escolher os Governadores; talvez o revanchismo, talvez o desejo daqueles que foram apeados do Poder pudesse influir negativamente ao processo sucessório. Nós aplaudimos então a decisão governamental, aplaudimos a decisão inserida na Constituição e que os srs. Governadores de Estado, ainda neste período de 1970, deversem ser escolhidos pelo voto indireto, embora o povo esteja consciente, porque todos os Deputados com assento nesta Casa representam, em última análise, a vontade popular. Hoje pensamos de modo diferente, hoje achamos que Haroldo Leon Peres, que será eleito hoje por unanimidade pela ARENA nesta Casa, se fosse indicado por Sua Excelência o Presidente Emílio Garrastazu Médici para disputar as eleições diretas neste pleito, venceria facilmente.

Verteria dado a imagem extraordinária deste grande Presidente que, em apenas 1 ano, soube impor-se à confiança da Nação. Começando o seu governo em meio à grande tempestade política, em meio a atos de terrorismo, sequestros, assassinatos à mão armada, assaltos a bancos, uma agitação sem par na história deste país, S. Exa. o sr. Presidente da República com sua força, com sua autoridade, Comandante em Chefe das Forças Armadas e por estar respeitado, porque Emílio Garrastazu Médici soube, em primeiro lugar, obter a confiança dos seus companheiros de armas. Emílio Garrastazu Médici, aos poucos, sem armas, fazendo pela sua autoridade, pelo seu grande es-

pirito público, foi impondo-se à confiança da Nação. E, hoje, não é temerário dizer que, embora oriundo de um movimento revolucionário, onde as escolhas não se processam pelo povo mas sim pelos fatos desencadeados, por uma mesma revolução, hoje, Emílio Garrastazu Médici, se disputar um pleito direto neste país, será consagrado pelo povo brasileiro.

Portanto, se Haroldo Leon Peres, como candidato do sr. Presidente da República, disputasse a eleição hoje no Paraná, seria o vencedor. Seria a homenagem que o povo paranaense prestaria a esse grande brasileiro, a esse brasileiro que devolve a tranquilidade à Nação, que aos poucos vem cumprindo todas as metas a que se propôs no início do seu Governo. Que sem demagogia vem atendendo a Nação Brasileira nas suas melhores e legítimas aspirações de progresso e de grandeza. Principalmente a classe operária tem recebido um grande Presidente, sem demagogia, sem alarde, todos os benefícios que esperava de um Presidente da República.

Portanto, é justamente neste ponto, que nós vamos declarar o nosso voto. Nós também vamos fazer coro com todos os paranaenses. Sim, todos os srs. Deputados da ARENA nesta Casa, nós também, vamos votar no candidato do Presidente da República. Não que deixemos de reconhecer os altos méritos de Haroldo Leon Peres, o seu ascendido espírito público, tantas e tantas vezes demonstrado, não só neste mesmo plenário mas lá na Câmara Federal, com um dos vice-líderes do Presidente Costa e Silva e também do grande Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Mas nós que sempre propugnamos pela eleição direta vamos votar em Haroldo Leon Peres obedecendo à nossa formação arenista, à nossa formação democrática e à nossa formação revolucionária. E, mesmo porque, nosso voto representa, nesta Casa, o voto desse grande Governador, desse grande líder do Paraná, que é Paulo Pimentel.

Nós fazemos esta declaração de voto e fazemos questão de usar da palavra no encaminhamento da votação, para mostrar ao povo do Paraná, que somos coerentes, porque aqui desta mesma tribuna nós nos insurgimos, diversas vezes, contra as ingerências que se faziam neste Poder em nome do candidato Haroldo Leon Peres. E se o fizemos não foi por restrições pessoais ao candidato que hoje vamos sufragar, mas foi pelo resguardo, pela dignidade deste Poder e pelo resguardo da dignidade, da legitimidade da própria indicação do sr. Presidente da República.

Porque não queríamos que o povo do Paraná sentisse que o sr. Presidente da República havia indicado um Interventor para o Paraná, o qual mesmo antes de sua eleição e de sua posse, pretendia neste Legislativo mudar a face das coisas, mudar a direção dos debates nesta Casa a seu bel prazer e a seu talento.

Sabíamos, naquela oportunidade, que as ingerências que aqui se fizeram sentir não foram por orientação do candidato que hoje vamos sufragar, mas partiam de seus correligionários, talvez desejosos de servir antes da hora, talvez desejosos de mostrar toda a sua lealdade ao novo Governador.

Hoje, sr. Presidente, nós vamos votar em Haroldo Leon Peres e no professor Pedro Viriato Parigot de Souza, tranquilos, porque temos certeza de que esses dois eminentes homens públicos vão governar o Paraná sem odios e sem rancores, tendo em mira apenas o progresso e a grandeza do Estado, a tranquilidade e o sossego da gente paranaense.

Confiamos na indicação presidencial porque recaiu num homem cujo passado, quer nesta Casa, quer na Câmara Federal, é uma garantia para que a democracia, no Estado, seja respeitada em toda sua plenitude.

Eram as palavras que queríamos usar no momento. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Olívio Gabardo, do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. OLÍVIO GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Coube-me, pela circunstância toda especial de me encontrar na liderança do MDB, interpretar o pensamento de meus companheiros de bancada no episódio que vive esta Casa, na eleição indireta do Governador do Estado do Paraná. E o faço trazendo as ideias de meus companheiros de partido, para deixá-las fixadas neste plenário, nesta Casa e ao julgamento do povo, a nossa posição.

Nobres Deputados, a bancada do MDB, considerando que o Diretório Nacional do Partido não fixou orientação única em torno das eleições indiretas de governador, que hoje se realiza em todo o Território Nacional, deferindo às Bancadas estaduais a responsabilidade e as definições a serem seguidas;

Considerando que o MDB, por suas lideranças no Congresso Nacional e em todo o Território Nacional, tem difundido e defendido com muita clareza e ardor os postulados básicos da democracia incluindo-se entre estes, o da participação do povo na escolha de seus governantes para todos os escalões, através da manifestação do voto livre e direto, processo que dentro das limitações legais foi observado pelo MDB da Guanabara, quando buscou a indicação de seu governador através de manifestações livres de suas bases populares;

Considerando que a participação do povo, na escolha direta e livre de seus governantes, está realmente a base de sustentação e o impulso de toda a atividade política-partidária e a própria estabilidade do regime democrático, princípio este consubstanciado em nossa atual Carta Magna, no seu Art. 1.º, § 1.º, o qual afirma que "TODO PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME SERÁ EXERCIDADO";

Considerando que somente através da participação efetiva do povo, na escolha de seus dirigentes, é que se torna responsável e co-participante dos atos do governo, ficando necessariamente obrigado a uma estreita colaboração no sentido de que o seu governante realize todos os ideais e aspirações que o identificaram com os seus governados;

Considerando ainda, que, ao alinharmos o pensamento dominante dos integrantes da Bancada do M.D.B. paranaense, em exposição clara e aberta, julgamos buscar atingir em nossa plenitude o jogo da verdade reclamado por S. Exa. sr. Presidente da República e contribuindo desta forma para que o Brasil se encontre com o seu verdadeiro caminho de respeito às tradições democráticas conquistadas ao longo de sua história;

Considerando, finalmente, que pelas razões expostas se impõe aos integrantes do M.D.B. uma decisão coerente, firme e corajosa dentro de sua linha de pensamento: esta Liderança anuncia a esta Casa e ao Povo do Paraná o voto contrário da bancada oposicionista à candidatura do sr. Haroldo Leon Peres, manifestando assim o seu protesto a esta restrição imposta ao povo paranaense.

Sr. Presidente, srs. Deputados, Meus Senhores: Ao povo e somente a ele caberá o julgamento desta nossa decisão. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado João Mansur, líder da bancada da Aliança Renovadora Nacional, para encaminhar a votação.



O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados Estaduais, srs. Deputados Federais aqui presentes, demais autoridades civis militares e eclesiásticas, meus senhores.

Vive a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná momento histórico, quando a Aliança Renovadora Nacional, Seção do Paraná, irá, através dos seus membros com assento nesta Casa, através dos legítimos representantes do povo com assento no Poder Legislativo do Paraná, eleger o exmo. sr. deputado Haroldo Leon Peres para o alto cargo de Governador do Estado e o exmo. sr. Professor Pedro Viriato Parigot de Souza para o cargo de vice-governador de nosso Estado.

Falar neste instante de Haroldo Leon Peres seria quase desnecessário. Foi representante do povo paranaense e nosso companheiro nesta Casa, por duas Legislaturas, onde demonstrou, pela sua atuação, o seu espírito de luta, o seu amor à causa pública e, durante os oito anos que conosco conviveu, deu demonstração real da sua capacidade de trabalho, procurando, através dos seus companheiros, da representação legítima que recebeu do povo de sua região, corresponder à confiança de todo o povo paranaense.

Mais tarde, alocado ao pósto de Deputado Federal, representando nosso Estado na Câmara Federal, e como vice-líder do Governo da República, o deputado Haroldo Leon Peres, a exemplo do que fez aqui, nesta Casa, também na Câmara dos Deputados a sua voz sempre esteve presente na tribuna daquele Poder, na defesa do povo paranaense, na defesa dos interesses de nosso Estado.

Revolucionário dos mais autênticos, tenho certeza — e desta hora quero me congratular com S. Exa. o General Emílio Garrastazu Médici, Presidente de todos os brasileiros, pela felicidade com que se houve, escolhendo um homem da envergadura moral e do gabarito do deputado Haroldo Leon Peres, para ser o Governador de todos os paranaenses.

Tenho certeza de que pelo seu passado de lutas, pela sua conduta nas Casas Legislativas, aqui na Assembleia e lá na Câmara Federal, pela sua dedicação à causa pública, pelo seu amor ao Paraná e sua gente, o deputado Haroldo Leon Peres haverá de fazer um governo que engrandecerá a todos os paranaenses. E se hoje, como o voto da bancada da ARENA ele assumira os destinos do Poder Executivo de nosso Estado, pelo voto indireto, é verdade, pelo voto dos representantes do povo com assento na Assembleia Legislativa, tenho certeza e disso fique certo o povo de nosso Estado, que o sr. Haroldo Leon Peres não assume o governo do Paraná pelo voto popular, mas pela sua atuação, pela administração que ele haverá de marcar neste Estado, sairá do Palácio Iguazu nos braços do povo paranaense.

Falar neste instante de Pedro Viriato Parigot de Souza, professor católico paranaense de tradição, homem que dedicou sua vida à causa pública e ao nosso Estado, responsável pelo encaminhamento na vida de milhares e milhares de jovens que hoje ocupam lugares de destaque na vida social, política e econômica de nosso Estado, responsável pela elevação de nosso Estado, homem que através de sua cultura e de sua honestidade de propósito conseguiu servir a diversos governos numa demonstração inequívoca da sua experiência e do seu conhecimento, é desnecessário, pois todos conhecem esse grande paranaense.

Tenho certeza e posso anunciar ao povo paranaense e a esta Casa, que Haroldo Leon Peres e Pedro Viriato Parigot de Souza, no encaminhamento e no trato da causa pública com o apoio que irão receber da bancada da ARENA com assento nesta Casa, farão uma administração que marcará época neste Estado, terminando, como disse de início, nos braços do povo e conquistando o respeito de todos os paranaenses.

Nos iremos, os Deputados que integram a bancada da ARENA nesta Casa, sufragar, por unanimidade, os nomes de Haroldo Leon Peres e de Pedro Viriato Parigot de Souza, para os cargos, respectivamente, de Governador e Vice-Governador.

Espero que Deus ilumine estes dois homens públicos, que ilumine os homens de bem deste Estado, o Estado que mais cresce dentro da Federação brasileira; que ilumine todos os paranaenses para que, de mãos dadas, esqueçam as divergências pessoais e coloquem, acima de tudo, os interesses de nosso Estado para fazer com que o Paraná continue nesta marcha de desenvolvimento para se colocar dentre os maiores Estados da Federação brasileira.

Era o que tinha a dizer nesta data.  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai dar conhecimento ao plenário das normas que deverão ser obedecidas no ato da votação.

A eleição far-se-á mediante votação nominal, pela lista de Deputados, os quais serão chamados pelo 1.º Secretário e responderão declinando o nome do candidato e Governador que desejarem sufragar.

A medida que o 1.º Secretário proceder à chamada o sr. 2.º Secretário anotará as respostas repetindo-as em voz alta.

Ficada a chamada, prosseguir-se-á, ato contínuo e por uma só vez, à chamada dos Deputados cuja ausência eventualmente tenha sido verificada.

Enquanto não for proclamado o resultado da votação será lido ao Deputado obter da Mesa o registro de seu voto.

O Deputado poderá retificar seu voto, se nesse sentido se manifestar antes de anunciado o resultado da votação.

Não será admitida declaração de voto.

É facultado ao Deputado declarar que vota EM BRANCO.

O Candidato será proclamado eleito Governador se obtiver maioria absoluta de votos.

O candidato a Vice-Governador será proclamado eleito se eleito for o candidato a Governador com o qual foi registrado.

Solicitado do sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal e do sr. 2.º Secretário que anote as respostas, repetindo-as em voz alta.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Fará a chamada nominal dos srs. Deputados. Como vota o sr. deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — No sr. Haroldo Leon Peres.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao sr. Deputado que indique o dispositivo regimental no qual baseia sua questão de ordem.

O SR. ALENCAR FURTADO — Fa-lo-ei, sr. Presidente, no decorrer da minha oração, porque é sobre matéria regimental que quero arguir V. Exa.

Sr. Presidente, há poucos instantes V. Exa., legislando sobre esta matéria, resolveu orientar a votação no sentido de o Deputado responder votando, dizendo o nome do seu candidato. Ouvimos há poucos instantes, através da palavra do líder do MDB nesta Casa, qual a posição tomada pela

nostra bancada em relação ao pleito. A bancada do MDB vai votar contra, não vamos dizer o nome do nosso candidato porque não temos candidato, nós não registramos candidato e sabem disso a Mesa e V. Exa. Então, o MDB, que não registrou candidato, não tem candidato seu. Era o reparo nesta questão de ordem que eu queria fazer a V. Exa. e a Mesa, para que não ficasse ambíguo o nosso comportamento nesta Casa. E, ao mesmo tempo, para que ficasse bem clara a nossa posição, em relação aos pronunciamentos feitos anteriormente neste Plenário. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem levantada pelo nobre deputado Alencar Furtado a Comissão Executiva da Casa obedeceu às disposições constitucionais aplicáveis à espécie. Cabe ao Deputado, ao votar, fazê-lo em branco também. Portanto, está respondida a questão de ordem do nobre deputado Alencar Furtado. A Mesa solicita ao sr. 1.º Secretário, que proceda à chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Voto do eminente deputado David Federmann — Voto pelo deputado Haroldo Leon Peres.

O voto do Deputado Olívio Belich é pelo deputado Haroldo Leon Peres.

O voto do deputado Leopoldo Jacomei — Votou pelo deputado Haroldo Leon Peres.

O voto do deputado Agnaldo Pereira Lima — Pelo deputado Haroldo Leon Peres.

O SR. PRESIDENTE — Como vota o sr. deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Voto contra, sr. Presidente.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem porque V. Exa., na interrogação que fez ao nobre deputado Alencar Furtado foi bastante claro, aliás já havíamos afirmado que o Deputado teria a faculdade de votar em branco. E não encontramos razão por que o sr. Deputado não siga o Regimento interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que o voto do deputado Alencar Furtado é registrado como voto em branco.

O SR. SILVIO BARROS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, as normas estatutadas para esta eleição traduzem um espírito de certa forma ditatorial, e que sufoca as condições da oposição marcar a sua tradição democrática. Desejamos, sr. Presidente, ser pelo menos configurados no quadro. Entendemos que pelo fato de não termos candidato e por ter sido do conhecimento da Mesa não termos nós, condição em, hipótese alguma, de admitir que nosso voto seja configurado que é o voto em branco.

Mesmo porque seria um péssimo exemplo ao nosso povo, que uma bancada agredida como a nossa viesse aceitar a consignação do voto em branco. Mormente na proximidade de um pleito, de uma jornada cívica, não podemos concordar que se pretenda um processo revolucionário permanente e dinâmico e uma eterna consolidação revolucionária. Dai porque inclusive os próprios encaminhamentos reafirmam este princípio por nós não admitido.

Assim, sr. Presidente, nesta questão de ordem, nós com a devida vênia, entendemos a viabilidade da suspensão dos trabalhos por cinco ou mesmo por três minutos, para podermos sincronizar o trabalho da bancada da oposição nesta Casa, ou mesmo propormos à nossa liderança, através do voto da bancada, a nossa retirada do plenário, porque é inadmissível e eu especialmente não aceitarei a consignação de voto contrário, à abstenção. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, V. Exa. ao dar as normas a serem seguidas regimentalmente no decorrer da votação foi claro nos termos do Regimento Interno. V. Exa. afirmou que o Regimento Interno assim determina a declaração de voto não será permitida no decorrer da votação.

Sr. Presidente, quero crer que existe apenas um candidato postulando o cargo de Governador do Estado. Não vemos como se dar outra feição aos votos aqui declarados, ou pela eleição do candidato registrado ou pela abstenção, pura e simplesmente, razão pela qual, quero crer, não procede a questão de ordem levantada pelo sr. deputado Sílvio de Barros, que solicita suspensão dos trabalhos, para que a bancada do MDB fixe posição; ela fixou posição, na tribuna, pela palavra do seu líder, falando em votar ou abster-se de votar, de participar desta eleição e, quero crer, está certa a Presidência desta Casa quando computa como voto contrário a abstenção. — (Sem revisão do orador).

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, nós da oposição jamais poderíamos repetir as palavras do Imperador Augusto, quando no leito de morte, dizia: "A comédia acabou-se, agora vamos aplaudir". Não estamos aqui para aplaudir ninguém, estamos aqui para num ato de consciência, votarmos e votarmos bem, eis que nos sentimos eleitores conscientes, não somos em absoluto eleitores inconscientes!

Mas, desde o instante em que eu votei e que V. Exa., num passe de mágica transformou o meu voto à sua maneira, eu tenho o direito de levantar um protesto veemente, eis que não deleguei poderes a ninguém, não passei poderes à Mesa ou à Presidência desta Casa, para transformar o meu voto, a sua maneira. Dentro do Regimento Interno desta Casa, quantas vezes votou-se "sim" e quantas vezes votou-se "não"? Nós queremos obediência à nossa Lei, e não a essa legislação-mirim feita para esta tarde, especialmente refeitas, as normas regimentais, que modifique a nossa vida processual na Assembleia, nos termos do Regimento Interno. Tenho sim o direito de votar "Não", como a bancada da ARENA tem o direito de votar "Sim"! A violentação desse direito é que não admitimos, a violação arrebatada do meu direito é o que não admito e, se V. Exa. insiste em transformar o meu voto fazendo-o como seu, que fique como voto de V. Exa., não fique como voto do deputado Alencar Furtado. Se V. Exa. não atender o apelo que faço, de registrar o meu voto contrário à candidatura Leon Peres, nesta tarde eu invoco após a deliberação de V. Exa., ao líder da minha bancada, para que tome as providências coletivas em favor do respeito ao nosso direito, que é universal, que é universalmente reconhecido, que é o direito da oposição ser ela, sem ingerência de qualquer Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, não entendo porque esta celestina que se pretende levantar nesta Casa. É claro que se pode anotar o voto contrário dado pela brilhante e ilustre bancada do MDB, muito embora entenda-se que o voto em branco nada mais é do que o voto em contrário. Portanto, apelo a V. Exa. para que de continuidade aos trabalhos e anotando nas atas as ocorrências de Plenário, não vejo porque não se registrar o voto contrário aqueles que votaram em branco. Era este o meu ponto de vista. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, nós já rejeitamos diversas vezes nesta Casa, profunda admiração pelo nobre deputado Alencar Furtado bem como à valorosa bancada do MDB. Mas nos perdoo na tarde de hoje S. Exa., acho que a Mesa está correta, porquanto estabeleceu normas para que se processasse as eleições que estão se ferindo neste instante. A Mesa não pode voltar atrás de sua decisão, sob pena de completa desmoralização da Comissão executiva desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, não cabe mais senão manter a sua decisão anterior e determinar que os votos que não são dados ao único candidato registrado, sejam computados como votos em branco.

Porque em votação sufraga-se ou não sufraga-se. Como não existe outro candidato registrado, a única decisão correta é da computação desses votos como voto em branco. — (Sem revisão do orador).

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, ainda corroborando com as palavras do nobre deputado Erondy Silvério, teremos a acrescentar o papel que a oposição está fazendo hoje nesta Casa. Poderá ser equiparado a se amanhã ela comparecer numa urna para votar nas eleições de 15 de novembro e, onde estiver sem os nomes daqueles candidatos registrados, e que estivessem concorrendo, seria o mesmo que ela chegar a descrever: voto contrário. Se neste plebiscito não quisesse votar em ninguém o que ela faria? Deixaria aquela cédula em branco. E o que hoje a oposição deve fazer? Nós estaremos considerando seu voto em branco. — (Sem revisão do orador).

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente com toda a autoridade do nobre deputado Arthur de Souza e com a malícia do nobre deputado Erondy Silvério, quero dizer que se nós fôssemos aceitar como norma o que esta Casa não discutiu nem votou iríamos aceitar uma imposição, o que é uma esdruxularia no nosso processo legislativo.

O que foi normalizado pela Mesa, a Assembleia não discutiu nem votou.

O sr. Ivo Tomazoni — A Assembleia votou, aceitou.

O SR. ALENCAR FURTADO — Quem aceitou deve ter sido V. Exa., porque eu não aceito. Estou surpreso com as normas prescritas pela Mesa, aliás a bancada da Oposição toda está surpresa. Como não é norma regimental, como não é lei nossa, o exemplo do nosso querido deputado Arthur de Souza não calha bem. Não calha.

Sr. Presidente, esta história de votar em branco seria até um estímulo, "mutatis mutandi", ao eleitorado do Paraná, para votar em branco, o que seria uma barbaridade.

Vamos cumprir o nosso Regimento, vamos respeitar nossa lei, mas os decretos se justificam nas exceções revolucionárias, simplesmente. O Presidente da República, este sim, através o Ato Institucional II, ainda possui este direito excepcional de fazer, por decreto, a legislação que pretende. Mas nós legisladores da Casa do povo, da Casa de leis do Paraná, nos valermos de prerrogativas que não temos e impormos uma legislação para disciplinar o processo eletivo desta tarde? Isto não!

Refuge à nossa tradição, refugio às gloriosas tradições do povo paranaense. Esta Assembleia não tem poder ditatorial para impor a seus membros. A Mesa tem que ser a mais democrática possível. Nós, Deputados, respeitando a lei, queremos que V. Exa., Sr. Presidente, não dando ouvidos às brilhantes argumentações dos srs. Deputados, cumpra também a lei. — (Sem revisão do orador).

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, o Plenário é soberano e aprovou a decisão da Mesa, quando esta eleição se estabeleceu.

Se o deputado Alencar Furtado tem dúvidas, recorrerá ao Plenário e este decidirá.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) — Data vênica, deputado Alencar Furtado, o processo normativo para o votação foi anunciado pela Mesa e não foi contestado na ocasião. Eminente e ilustre deputado Alencar Furtado, este Plenário é soberano e sabe V. Exa. disto. Eu faria a V. Exa. a seguinte sugestão, para que não fique a Mesa somente com a responsabilidade total desta decisão. Faria uma sugestão, nesta questão de ordem, para que a decisão das normas estipuladas pela Mesa fosse submetida à apreciação do plenário.

E o apelo que faço. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência decide a questão de ordem levantada por diversos srs. deputados. No pleito que se está ferindo, como em qualquer outro, escolhe-se o que se opta-se ou sofraga-se. Não se vota contra ninguém; apenas se procede a uma escolha. Se o nome único não satisfaz a alguns, a estes só cabe, evidentemente, não votar nele. Não o faz e vota "em branco".

Atendendo a questão de ordem formulada pelo sr. deputado Paulo Poli, solicito o pronunciamento do plenário sobre as normas adotadas para esta eleição, que atende dispositivos constitucionais da legislação aplicável à espécie.

Os que aprovam as normas adotadas, queiram se conservar como estão.

O SR. OLIVIER GABARDO — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, o MDB não pode aceitar a estreiteza que hoje se pede nesta homologação de um candidato ao Governo do Estado, por razões de ordem regimental.

O Regimento desta Casa, quanto da votação, determina que o voto seja "sim", a favor ou "não", contrariamente. Não há outra forma de votação neste caso, segundo os preceitos regimentais. Nós sugerimos que V. Exa. inclua neste regulamento o voto "contrário" para a decisão do plenário.

Se o Plenário não aceitar, tentando impor uma condição que não aceitamos, o MDB se retirará do plenário, como protesto veemente contra a imposição que se pretende fazer ao MDB. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação. Os srs. Deputados que aprovam as normas adotadas pela Comissão Executiva, para estas eleições, queiram se conservar como estão. — Aprovada.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, perguntaria a V. Exa., quando V. Exa. encaminhava a matéria à votação...

O sr. Ivo Tomazoni — Mas, isso já foi votado...

O SR. ALENCAR FURTADO — Em outra oportunidade, aceitaria com prazer a provocação de V. Exa. Mas estou falando sério, gostaria que houvesse no máximo de seriedade neste episódio que estamos vivendo. Sr. Presidente, quando V. Exa. colocava à votação do plenário a matéria, o nosso líder de bancada queria perguntar a V. Exa., em três questões de

ordem pedidas, como seria consignado o voto contrário. Mas V. Exa. anunciou a votação e nós não ficamos sabendo sequer se nossa questão tinha sido objeto de deliberação de V. Exa. E a nossa questão de ordem era temporânea, insisto com V. Exa. que nos esclareça. — (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, a questão de ordem do nobre Deputado é conflituante com a questão de ordem que V. Exa. colocou em votação. E uma vez aprovada esta questão de ordem, fica prejudicada a referida pelo deputado Alencar Furtado, pois que as mesmas foram votadas pela ordem de apresentação. — (Sem revisão do orador).

O SR. SILVIO BARROS — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, com a devida vênia e respeito já solicitei, por diversas vezes, questão de ordem tempestiva.

Sr. Presidente, eu havia solicitado que V. Exa. nos concedesse três minutos para que pudessemos sintonizar a ação neste plenário.

Ato contínuo, o ilustre deputado Ivo Tomazoni, em Questão de Ordem, procurou justificar, o que não era razoável, o nosso pedido.

Todavia, sr. Presidente, é preciso consignar que a ARENA é presidida, como o MDB também, por uma legislação de improviso e, dentro desta legislação, figura a fidelidade partidária.

Dai entender que para a bancada arenista não há outra saída, não há outra solução, não há outra perspectiva de voto a não ser a ratificação da indicação do nome do futuro Governador do Estado, sem mais delongas, sem mais discussões.

Cabe portanto ao MDB, instrumento válido para aprimoramento deste regime; cabe ao MDB, instrumento válido para consolidação do regime democrático; cabe ao MDB instrumento válido para fixar também sua linha de conduta, fiel observância aos seus postulados e à sua programação.

E nós, aqui, através dos nossos líderes, de nossos representantes, mostramos que não estamos dispostos a concordar com este processo inusitado que se avizinha falsamente da legalidade mas que, ao final, é impositivo, é restritivo, é violento. E, acima de tudo, retira a liberdade do nosso povo.

Nós estamos cansados de dizer que a soberania da Pátria está na razão direta da liberdade de nossa gente. E nós estamos, neste instante, a apelar para seu propósito democrático, Sr. Presidente, sereno, que nos conceda oportunidade de sintonizar uma ação parlamentar que dê, ao MDB, a credibilidade, o respeito, que o próprio Governo anda a proceder pela imprensa, sem o que não haveria razão sequer de continuar na vida pública. Não podemos admitir este massacre, este rôlo compressor por parte daqueles que não tem outra saída a não ser obedecer aquilo que foi indicado como caminho certo.

Depositamos, é claro, esperanças no acerto, tanto nos como todos os paranaenses desejamos para o Paraná as melhores perspectivas no futuro. Mas desejamos para nosso Partido a credibilidade, a respeitabilidade, a honorabilidade, sem o que, já disse, não é razoável que permaneçamos na vida pública. Nós não estamos adstritos a código nenhum que nos obrigue a sufragar o nome do futuro Governador. Estamos dispostos a contrariar essa orientação, porque o nosso partido faz oposição com desejo de fiscalizar e contribuir, já afirmei, sr. Presidente, sob a bandeira de um partido, que é o instrumento legal, válido, para aprimoramento desse regime cheio de falhas na legislação, de improvisos na legislação violenta, que retira a liberdade, que retira outras tantas prerrogativas de cada um dos brasileiros.

Assim, solicito nos seja concedida oportunidade para deliberarmos, porque não podemos e não pretendemos vir a este plenário — e aqui estamos por educação parlamentar, estamos, quer queiram quer não, participando do regime, estamos participando do processo, como o MDB participou na Guanabara.

Mas, queremos participar a nosso modo, de nossa maneira, dando ao povo uma satisfação, lutando pela reconquista das liberdades totais.

Não é possível que não tenhamos de V. Exa. essa compreensão, para que nos conceda três minutos de liberdade para sintonizarmos nosso ponto de vista. — (Sem revisão do orador).

O SR. OLAVO FERREIRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, em cumprimento às normas constitucionais, as Assembleias Legislativas de todo o Brasil hoje elegem os futuros Governadores. A nossa Assembleia Legislativa também, em cumprimento a esse dispositivo constitucional, tendo a ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL indicado para Governador do Estado o nobre deputado Haroldo Leon Peres. Está presente toda a sua bancada, aceitando, como aceitou, as normas apresentadas pela Comissão Executiva. Se tivéssemos alguma restrição a fazer, teríamos feito antes do início da votação.

Acreditamos, sr. Presidente, que não há estreiteza da Comissão Executiva. Não há massacre da ARENA e nem atitude ditatorial, porque a mesma harmonia com que a ARENA votará em massa no seu candidato, que é o deputado Haroldo Leon Peres, também o MDB irá votar em massa no seu candidato na Guanabara, e isso não quer dizer que está havendo um massacre, estreiteza ou atitude ditatorial violenta por parte daquele Partido.

Portanto, sr. Presidente, eu apelo a V. Exa., na minha questão de ordem, que não permita mais interrupções, porque desde que já foram aceitas as normas sem protesto algum de nenhuma bancada, e iniciada a votação, V. Exa. não pode permitir que a votação seja interrompida com protestos de Deputados, para que não sofra solução de continuidade a votação para Governador do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOAO MANSUR — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, não vejo razão para que a valorosa bancada do MDB nesta Casa se insurja contra as normas adotadas pela Comissão Executiva deste Poder, para a eleição de Governador do Estado.

Não houve, sr. Presidente, srs. Deputados, inovação alguma. Apenas estamos fazendo o que se faz, neste instante, em todo o Brasil, inclusive na Guanabara onde o MDB é majoritário e está, a exemplo do que estamos fazendo no Paraná, elegendo seu Governador.

Para que possamos contar com a presença da valorosa bancada do MDB, data vênica a posição de V. Exa., solicito, sr. Presidente, que reformule a sua decisão, registrando o voto "contrário" do MDB para que a votação prossiga até o seu final. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — O Plenário aprovou, concordou e endossou a decisão da Mesa. A Mesa, por sua vez, já decidiu várias questões de ordem. Portanto, continuar a tratar deste problema será o mesmo que discutir matéria vencida. Assim, a Mesa não mais concederá a palavra para discutir o assunto até agora em debate.

O sr. I. o Secretário prosseguirá a chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. OLIVIER GABARDO — (Pela ordem).



O SR. PRESIDENTE — Solicito ao sr. Deputado que indique o artigo do Regimento Interno que a Mesa está infringindo.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, requeiro à Mesa que me forneça o Regimento Interno.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Como vota o deputado Amadeu Puppi?

O SR. AMADEU PUPPI — No sr. Haroldo Leon Peres.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Como vota o deputado Antônio Lopes Júnior?

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — No sr. Haroldo Leon Peres.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, artigo 176 do Regimento Interno.

Ao que parece, sr. Presidente, o interesse da bancada do MDB é mesmo de tumultuar os trabalhos V. Exa. tomou uma decisão aprovada pelo Plenário e a Mesa, portanto, deverá prosseguir com a votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — Mas V. Exa., não poderá adivinhar a nossa questão de ordem.

O SR. OLIVIO BELICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, após formulada esta questão de ordem, deve-se prosseguir a votação, pois os trabalhos não podem parar.

O SR. PRESIDENTE — Artigo 98: Prevê o Regimento Interno que o Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita pela ordem, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique o artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Voto do sr. Armando Queiroz — Pelo deputado Haroldo Leon Peres.

O SR. OLIVIO GABARDO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, do artigo 170 ao 178, que trata das votações em Plenário. Tendo a bancada do MDB se manifestado pela forma de votação, que é regimental, votar a favor ou contra, é a forma prevista pelo regimento em todas as votações nesta Casa.

V. Exa. observa o regulamento que cerceia a liberdade e o direito de manifestar aqui o seu voto consciente. V. Exa. ao reformular a sua decisão, não acatou a posição da bancada do MDB, em relação aos nossos pronunciamentos. Motivo pelo qual a bancada do MDB se retira do Plenário, em protesto pela violência que se comete hoje aqui nesta Casa. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado, a Mesa esclarece que as disposições dos artigos 160/61 e demais artigos, se referem à votação de projetos e requerimentos e não à eleição indireta de Governador do Estado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procedendo à chamada):

Dep. Eurico Batista Rosas — ausente;

Dep. Fabiano Braga Cortes — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Fuad Nacli — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Igo Losso — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Ivo Tomazoni — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. João Mansur — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Jorge Sato — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Luiz Cruz — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Luis Renato Malucelli — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Nelson Buffara — ausente;

Dep. Olavo Ferreira — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Olivir Gabardo — ausente;

Dep. Ovidio Franzoni — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Paulo Camargo — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Paulo Poli — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Pinto Dias — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Roberto Galvani — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Roberto Wypych — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Seme Scaff — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Silvio Barros — ausente;

Dep. Túlio Vargas — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Wilson Fortes — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Haroldo Bianchi — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Francisco Scorsin — Dep. Haroldo Leon Peres;

Dep. Gabriel Manoel — Dep. Haroldo Leon Peres.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos srs. Deputados ausentes, que não votaram.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada):

Dep. Eurico Batista Rosas — ausente;

Dep. Nelson Buffara — ausente;

Dep. Olivir Gabardo — ausente;

Dep. Silvio Barros — ausente;

33 srs. Deputados votaram em Haroldo Leon Peres; 4 deputados ausentes; 1 voto em branco.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anuncia o resultado da votação:

Votaram no sr. Haroldo Leon Peres, 33 srs. Deputados; votou em branco, 1 sr. Deputado; não votaram, 4 srs. Deputados.

A Mesa proclama eleito Governador do Estado do Paraná, para o próximo quadriênio, o sr. Haroldo Leon Peres, tendo eleito Vice-Governador, acompanhando o candidato com o qual foi registrando, o sr. Pedro Viriato Parigot de Souza, (Palmas).

A Mesa, desde logo, convoca uma Sessão Solene para o próximo dia 9 de outubro, às 17 horas, oportunidade em que os srs. Haroldo Leon Peres e Pedro Viriato Parigot de Souza receberão os diplomas de Governador e Vice-Governador, respectivamente.

A Mesa designa uma comissão, composta pelos srs. deputados: Paulo Poli, João Mansur, Olavo Ferreira, Pinto Dias, Olivio Belich, Armando Queiroz, Ivo Tomazoni, Leopoldo Jacomet e Roberto Galvani, para darem ciência aos srs. Haroldo Leon Peres e Pedro Viriato Parigot de Souza, de sua eleição, pela Assembleia Legislativa do Paraná, para os cargos de Governador e Vice-Governador, respectivamente.

Os srs. Governador e Vice-Governador eleitos, dentro de mais alguns instantes estarão presentes ao Salão Nobre do Palácio 19 de Dezembro, onde receberão os srs. Deputados e demais pessoas que comparecerem.

A Mesa informa aos srs. Deputados que está convocando uma Sessão Extraordinária para as 20 horas de segunda-feira próxima dia 5, para apreciação do Projeto de Lei n.º 231-70.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão. Levanta-se a Sessão.

#### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

##### Ata da 152.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 5 de Outubro de 1970 — (2.ª-feira)

Presidência do sr. deputado, Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Ivo Tomazoni.

As 20,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olivio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Matos Leão, Arnaldo Busato, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani e Seme Scaff (29); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Armando Queiroz, Igo Losso, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Paulo Camargo, Roberto Wypych, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a portação de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a Ata.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Para discutir) — Sr. Presidente, pediria a V. Exa. a mínima gentileza de, em respeito ao voto que dei na tarde de ontem, nesta Casa, fizesse com que ele espelhasse realmente a manifestação expressa do meu voto.

Diz a Ata que votei em branco, sr. Presidente; não, sr. Presidente, não votei em branco, votei NAO, sr. Presidente, à indicação da candidatura do deputado Haroldo Leon Peres.

Era esta a ressalva que, com toda a consideração e respeito, solicito que V. Exa. registre e, como abaixo ao que vou dizer a V. Exa., os jornais de hoje noticiam que na eleição da Guanabara a ARENA votou NAO, teve o seu voto registrado contra a candidatura a Governador, do sr. Chagas Freitas, do MDB.

Faço este registro, que será apenas de justiça. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A corrigenda solicitada pelo nobre deputado Alencar Furtado será consignada na Ata.

Continua em discussão a ata. — (Pausa) — Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

##### REQUERIMENTOS:

— de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, solicitando a rejeição na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 141-70, na sessão de 5 do corrente.

— de autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 258-70.

#### Requerimento

Sr. Presidente:

O Deputado que este subsecreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, dia 3 último, nesta Capital, da sra. dona Denize Lombardi de Abreu, esposa do dr. Mário Braga de Abreu, membro de tradicional família paranaense.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1970.

a) Luiz Malucelli

#### Projeto de Lei n.º 233-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Tapira, o Distrito Administrativo de Santa Felicidade, com as seguintes divisões e confrontações: começa na foz do Córrego São Domingos no Rio das Antas e desce por este até a foz do Rio Água da Onça, subindo por este até a sua cabeceira; daí, em linha reta, até a cabeceira do Rio Água Ouro Verde, descendo por este até a sua foz no Ribeirão da Garça; deste, sobe até a sua foz no Rio Água Palmatal, subindo então por este até encontrar a linha divisória com o Município de Nova Olímpia; descendo por esta linha até encontrar o Córrego São Domingos, descendo por este até encontrar o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 1.º de outubro de 1970.

a) Pinto Dias

A região compreendida no perímetro acima descrito se constitui numa JUSTIFICATIVA:

das mais ricas do Município de Tapira.

Assim sendo, a fim de proporcionar aos seus moradores melhores condições administrativas, há necessidade da criação de um distrito, tendo como sede a cidade de Santa Felicidade.

Constatamos, pois, com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Com a presença de 29 srs. Deputados, passa-se a

#### ORDEM DO DIA.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Pinto Dias, constando Expediente, Necessita de apoio. — Apolado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 261-70, Mensagens Governamentais ns. 31-70 e 33-70 — que dispõem sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado. — Parecer favorável da C.E. — Com Emenda Substitutiva.

PROJETO DE LEI N. 261-70

EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDOS DO ESTATUTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Art. 1.º — É concedido um abono provisório aos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, a partir de 1.º de novembro de 1970, de acordo com a tabela seguinte:

Coronel	Cr\$ 300,00
Tenente Coronel	Cr\$ 300,00
Major	Cr\$ 300,00
Capitão	Cr\$ 250,00
1.º Tenente	Cr\$ 250,00
2.º Tenente	Cr\$ 250,00
Aspirante a Oficial	Cr\$ 250,00
Sub-Tenente	Cr\$ 200,00
1.º Sargento	Cr\$ 200,00
2.º Sargento	Cr\$ 200,00
3.º Sargento	Cr\$ 200,00
Aluno do 3.º ano	Cr\$ 200,00
Aluno do 2.º ano	Cr\$ 200,00
Aluno do 1.º ano	Cr\$ 200,00
Cabo	Cr\$ 150,00
Soldado	Cr\$ 120,00
Soldado Recruta	Cr\$ 100,00

Art. 2.º — O abono estabelecido no artigo anterior não influirá no cálculo para fixação de valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens percebidas pelos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado, os quais continuarão com os valores em cruzeiros vigentes até a data desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor a 1.º de novembro de 1970 revogadas as disposições em contrário.

Palácio 19 de Dezembro, aos 3 de outubro de 1970

(aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Fabiano Braga Cortes — Relator

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei, a que esta Emenda se refere, cuida de dar à Polícia Militar do Estado do Paraná, um novo Estatuto e Código de Vencimentos. É proposição complexa, cujo exame sério e honesto demandará algum tempo. Por isso mesmo, o plenário já aprovou requerimento, adotando para sua tramitação, as normas do artigo 189 e seguintes do Regimento Interno. Em vista disso, e considerando a necessidade premente de se conceder uma ajuda financeira aos Oficiais e Praças da nossa Polícia Militar, é que sugerimos a presente emenda substitutiva, estabelecendo um abono provisório, até que, numa oportunidade melhor, possa o Poder Legislativo transformar em lei o estatuto e o código de vencimentos da nossa corporação militar.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Para discutir) — Sr. Presidente, srs. Deputados. Quando o magistério público tentou conseguir o seu Estatuto, muita luta houve lá no Paraná; a classe rebelada até greve fez. Houve incompreensões maiores por parte das autoridades governamentais, até que se curvaram face à evidência maior da razão que se alia em favor do magistério paranaense. E então, depois de um calvário de sacrifícios, os professores obtiveram uma conquista das maiores, que foi o seu Estatuto. Há dias, senão há meses, comenta-se nos bastidores, e fora deles, o interesse que despertou no seio da Polícia Militar do Estado, a conquista daquela organização, de possuir o seu Estatuto. Várias inovações, inclusive de ordem legal e constitucional existem, necessitando de um repasse ou dum remaneuamento, para que pudesse a Corporação Militar do Estado ser dotada das garantias que tranquilizassem a sua vida. E tais garantias só se consubstanciaram através do seu Estatuto. Sabemos que muita coisa de bastidor se passou por aí; muita luta também; muita incompreensão também; muitas punições têm havido mas a luta continuou, a incompreensão já existe. A área governamental já entendeu, tanto que o sr. Governador encaminhou mensagem, que recebeu o número 31-70, no sentido de dotar a Corporação Militar do Paraná do seu Estatuto.

Hoje estamos discutindo uma emenda substitutiva, que concede um abono provisório aos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná. Sem embargo, é verdade, que se possa também discutir o seu Estatuto. Quanto à posição de intocabilidade do Estatuto ficar assente, acho medida acatadora; não só para esta Casa mas para a Corporação Militar também. Quanto à concessão deste abono de emergência, reputo também necessário; acho a medida salutar, sem que isto venha prejudicar a conquista pela qual luta já há algum tempo a Polícia do Estado, que é de seu Estatuto.

Mas só reputo justa a proposição que abona financeiramente os Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado, se também houvesse, por parte do Governo iniciativa idêntica em favor do servidor público paranaense. Não se justifica, sr. Presidente, sob qualquer ângulo que se analise; a matéria, a discriminação, pois se a Polícia tem direito ao abono, que é muito justo, se a Polícia merece ser aborçada financeiramente no que é devido, o servidor público há muito tempo também merece o seu abono, o seu aumento.

Se não se reformular a Mensagem Governamental em matéria de vencimento ao servidor público, para a fixação de novos níveis, que se conceda ao servidor também um abono como se está concedendo à Polícia. Porque, se se vai atender ao clamor que se levanta dos quartéis, se vai ser atendida somente a Polícia Militar, que precisa mesmo ser atendida, também o funcionalismo está numa situação de ser atendido como a Polícia do Estado. É injusta a situação do servidor que desde fevereiro ou março pede seu aumento de vencimentos. O servidor da União já o recebe; a inflação continuando a corroer o vencimento do servidor; o custo de vida continuando a subir e não vem o MDB e por Deputados da ARENA, incluindo o próprio Líder que abordou a tese, como o deputado Olavo Ferreira e muitos outros. Tantas vozes se levantando aqui, o próprio Governador tendo informado que remeteria a esta Casa a Mensagem, deixando por vezes em situação de que remeteria a esta Casa a Mensagem, quando traz a palavra do Governador, em termos da remessa da Mensagem para o aumento e não cumpre sua palavra. O Governador não manda a Mensagem na data apazada, e isto não aconteceu apenas uma vez. Uma vez poderia ser que motivo eventual pudesse justificar o comportamento omissão. Mas, por mais de uma vez, por duas ou três vezes, isto aconteceu. Ainda há poucos dias esta Casa com euforia recebeu a notícia, pelo deputado Erondy Silvério, de que garantia em nome do Governo trazer a esta

Casa a Mensagem de aumento do servidor público do Paraná, isto nesta semana que findou. E lamento demais porque sei que para ele a Mensagem viria, seja o descumprimento da palavra empenhada com tanta seriedade da tribuna desta Casa não só desabona a respeitabilidade do Governo, como deixa crestada e desesperançada a alma do servidor público paranaense.

Não é possível que com tanto acodamento, com tanto afogadilho, com tanta pressa, se conceda, com justiça — diga-se de passagem — um abono de caráter financeiro em favor da Polícia Militar do Paraná e não se conceda idêntica medida em favor do servidor que está pagando caro para servir o Paraná, que está pagando, aos agiotas, 4, 5, 8 e até 10%, para poder comer. E como disse o próprio Líder do Governo, nesta Casa, e reputadas suas palavras como oficiais, que o funcionalismo público não deve comer capim, só se o Governo entende que em vez do feijão e arroz o alimento do servidor é capim.

Então, srs. Deputados, reputo discriminatória a proposição. Entendo-a justa, no entanto, porque, realmente o soldado necessita, para ser decente e moralizado, ganhar bem. Mas o servidor público também, para viver, necessita ganhar, pelo menos, o suficiente para comer.

E assim concordando com a proposição e, ao mesmo tempo, condenando a omissão do Governo no episódio, queria apelar às duas lideranças, do Governo e da ARENA, no sentido de estenderem percentual idêntico ao oferecido aos militares, ao servidor público.

E seria até muito modesto, pediria um abono provisório de 30%, creio que essa seria uma medida de alta justiça e alcance social.

Então, sr. Presidente, srs. Deputados, vou apresentar neste instante, como emenda, estendendo um abono de caráter provisório de 30%, ao servidor público do Estado do Paraná.

A emenda é a seguinte: (Lê):

"Emenda ao Substitutivo Geral, do Projeto de Lei n. 261-70

Coloque-se onde couber:

Art. .... — É concedido um abono de trinta por cento aos servidores públicos do Paraná, a partir de 1.º de novembro de 1970.

Art. .... O abono incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1970.

a) Alencar Furtado"

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Para discutir) — Sr. Presidente, srs. Deputados. Ouvimos com atenção o encaminhamento de votação que fez o nobre deputado Alencar Furtado, ao substitutivo que a Casa aprecia.

Não pretendíamos ocupar a tribuna para discutir a matéria, porquanto ela vem ao encontro daquilo que esperávamos. Todavia, o nobre deputado Alencar Furtado cobra-nos, da tribuna, com muita razão, a remessa a esta Casa, da Mensagem Governamental que eleva os vencimentos do funcionalismo público estadual. Nós tivemos que vir novamente à tribuna para dizer à Casa que razões exclusivas de ordem técnica impediram que cumpríssemos nossa palavra, trazendo na semana passada a Mensagem que majora os vencimentos do funcionalismo público.

Todavia, hoje, o sr. Governador do Estado, há poucos instantes comunicou ao nobre deputado Furtado Naci que mandou solicitar o sr. Secretário da Fazenda, que se encontra em viagem pelo interior do Estado, solicitando que o mesmo esteja em Curitiba amanhã, para devolver a Mensagem que eleva os vencimentos do funcionalismo, a fim de que possa ser protocolada na tarde de amanhã, na sede deste Poder.

Esperamos que a mesma dedicação, a mesma vontade de servir, o mesmo empenho de nossos colegas, os nobres Deputados com assento neste Legislativo do Estado, hoje emprestado ao substitutivo que concede um abono aos componentes da Polícia Militar do Estado, essa mesma boa vontade se faça sentir na tramitação, votação e aprovação da Mensagem Governamental que eleva, da mesma forma, os vencimentos do funcionalismo público. Realmente, os srs. Deputados estão de parabéns, porque todos sabem que estamos há vésperas de uma campanha eleitoral. Entretanto, todos abandonaram suas bases políticas e se deslocaram até a Capital do Estado a fim de que, com sua presença, com seu apoio, possamos votar essa mensagem que concede o abono à Polícia Militar do Estado.

Nós vamos votar favoravelmente ao substitutivo. Embora não tivéssemos tido tempo no dia de hoje, e nem oportunidade de consultarmos o sr. Governador do Estado, a fim de que pudessemos votar seguindo a orientação do Governo, mas confiantes na palavra do nobre líder da ARENA, deputado João Mansur, que nos afirmou ter havido entendimentos entre o futuro Governador do Estado e o sr. Comandante da Região, no sentido de que a matéria fosse apreciada por esta Casa, de acordo com o parecer do eminente deputado Fabiano Braga Cortes.

Apenas achamos que foi cometida uma injustiça contra o pessoal inativo da Polícia, que tem as mesmas dificuldades, que passa pelas mesmas agruras pelas quais está passando o pessoal da ativa. E nós sabemos que o grande sonho da Polícia Militar do Estado, é seu Estatuto que tramita por esta Casa.

Por isso fazemos mais uma vez um apelo aos srs. Deputados, no sentido de que concedido esse abono, não se esqueçam do Estatuto da Polícia, porque esse realmente traz vantagens, traz tranquilidade à família miliciano do Paraná. Inclusive, traz benefícios aos inativos que, como dissemos, foram esquecidos no substitutivo que ora a Casa aprecia.

Mas, confiamos no alto espírito de justiça do futuro Governador do Estado, na compreensão dos srs. Deputados, para que não sejam criados obstáculos na tramitação da Mensagem Governamental que institui o Estatuto da Polícia Militar do Estado.

Eram essas as palavras que queríamos proferir. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de comunicar a presença dos srs. prefeitos de Cérró Azul, dr. Nivaldo Costa e Prefeito de Araruna, sr. Antônio de Souza.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 261-70, Ecgerada a discussão. A emenda apresentada pelo sr. deputado Alencar Furtado fica sobre a mesa para ser apreciada em 2.ª discussão.

Em votação o projeto. — Aprovado

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando reclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 141-70. — Aprovado

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 258-70. — Aprovado

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do



Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Denize Lombardi de Abreu. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

- REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 13-69, 188-69;  
3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 110-70, 107-70, 209-70, 189-70, 132-70, 180-70, 181-70, 194-70, 159-70, 235-70, 179-70;  
2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 168-70, 21-69, 230-69, 261-70, 141-70;  
1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 156-69 e de Resolução n.º 2-70; Lexanta-se a sessão.

**DECRETOS LEGISLATIVOS:**

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 467-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6 480 de 09 de setembro de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar o funcionário ALMIR MONTEIRO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1970.

aa) **Francisco Escorsin** — Presidente

**Gabriel Manoel** — 1.º Secretário

**Haroldo Bianchi** — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 468-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5925 de 21 de agosto de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a GABRIEL BROTTTO, ocupante do cargo de nível PL-18, da carreira de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, a

partir de 27 de julho de 1970, data em que completou cinco (05) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1970.

aa) **Francisco Escorsin** — Presidente

**Gabriel Manoel** — 1.º Secretário

**Haroldo Bianchi** — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 469-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.023-70 de 26 de agosto de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4.979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de NELITA RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível "PL-19", da carreira desta Assembléia, o tempo de um (01) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1970.

aa) **Francisco Escorsin** — Presidente

**Gabriel Manoel** — 1.º Secretário

**Haroldo Bianchi** — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 470-70**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.799 de 3 de agosto de 1970, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea "a", § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, o funcionário LUIZ LIMA, ocupante do cargo de nível "PL-17", da carreira de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) do respectivo vencimento básico.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1970.

aa) **Francisco Escorsin** — Presidente

**Gabriel Manoel** — 1.º Secretário

**Haroldo Bianchi** — 2.º Secretário